

Alberto Goldman

Quero agradecer o convite. É uma honra estar aqui sentado à mesa com meu presidente, meu vice-presidente, meu vice-prefeito. Não é todo o dia que a gente tem essa possibilidade.

Inicialmente, eu imaginei que fôssemos falar da construção da democracia no Brasil abordando apenas as eleições de 74. Mas, pelo jeito, a discussão se ampliou, e a questão, no fundo, se tornou a discussão da construção da democracia no Brasil.

Evidentemente, fui convidado pela minha prática política, não pela minha capacidade de elaboração intelectual. Sou talvez um dos sobreviventes desse começo da década de 70 e, infelizmente, a maioria já não está aqui, por várias razões, mas é uma experiência que talvez eu possa transmitir e, quem sabe, atender a uma vontade enorme de transformar em livro que venha contribuir para as gerações futuras.

Já comecei inúmeras vezes esse trabalho, mas nunca consegui dar andamento, porque sempre vem uma campanha eleitoral no meio. Acho que vem em boa hora a discussão sobre a construção da democracia, porque, apesar de ser também muito otimista em relação ao Brasil, estou preocupado com o momento em que estamos vivendo. Desde a década de 70 até pouco tempo atrás, consegui vislumbrar uma curva ascendente no sentido da construção da democracia, com todas as dificuldades, lentidão... A tal lenta, segura e gradual continua até hoje, lenta, segura e gradual, muito lenta, muito pouco segura e muito gradual.

Posso estar evidentemente enganado. Minha preocupação pode ser até resultado do embate político do dia-a-dia. Porque quem está no embate político, às vezes, perde um pouco a visão do processo histórico.

Se até saudamos a eleição do Lula, apesar de derrotados no processo eleitoral, saudamos porque, afinal, era importante que num certo momento o PT assumisse o poder. Isso era importante sob o ponto de vista da democracia. E foi importante, é importante. Mas eu vejo alguns elementos, se não de retrocesso, pelo menos de paralisia, na construção da democracia.

Vou dar uma passada rápida pela década de 70. Uma década que eu vi um pouco diferente da visão do Marco Maciel. As eleições de 70 se deram debaixo do AI-5. Eu me registrei no MDB e fui candidato imediatamente após o AI-5. A esquerda não tinha mais ninguém. Dizimado o quadro político, totalmente dizimado, cassados todos, afastados. Só louco, só a loucura da juventude, para ser candidato naquele momento.

O processo eleitoral de 70 se deu de forma muito difícil. Não foi o MDB que se recusou a participar. O voto nulo foi um voto principalmente contra o MDB, acusado de conestar com o regime ditatorial. Segundo aqueles que defendiam o voto nulo, o MDB dava legitimidade ao processo político, à ditadura. Dava ao regime uma cara de democracia, que não existia.

Na campanha de 70, éramos seguidos pelos órgãos de repressão, com carros acompanhando, com relatórios. Gostaria de encontrar esses relatórios, mas acredito que devem ter sido queimados todos.

Então, em 1970, o resultado eleitoral foi aquilo que era possível fazer. Em São Paulo, por exemplo, o MDB fez 15 deputados, a Arena, 52. Massacre total. O que era possível fazer naquele momento era contestação, oposição. Fui eleito, mas achava que ia ser cassado no dia seguinte.

Dentro do MDB não eram todos que faziam contestação, não. Havia uma parcela que fazia discurso de oposição, e outros que faziam discursos temerosos: “espera, não quero perder o meu mandato.”

Esse período, de 70 a 74, ainda precisa ser melhor analisado. Era o período do crescimento econômico, “Brasil grande”, “Brasil: ame-o ou deixe-o”, enfim, havia uma euforia na economia. E nada fazia prever o que aconteceria em 74.

Resolvemos lançar uma candidatura ao Senado, era uma vaga só para o Senado em 74, não tinha eleição para Governador. A única eleição majoritária que existia era a eleição de Senador.

Fomos escolher lá o ex-prefeito de Campinas. Um caipira, usava aquelas costeletas compridas, tinha sido Prefeito de Campinas, tinha defendido inclusive teses atrasadas

naquele momento, defendido em certos momentos o próprio governo militar, não tinha uma posição muito firme. Enfim, era o candidato possível, porque era um Prefeito de uma cidade grande, e nós não tínhamos nenhum quadro possível naquele momento da disputa.

O Montoro já era Senador e foi eleito em 70. Não foi reeleito o Lino de Matos. O Montoro e o Zancaner, se não me engano, tinham sido eleitos em 70. O Montoro tinha prestígio pessoal, tinha história política. Em 74, então, inventou-se a candidatura do Quércia, e o candidato da Arena, era o professor Carvalho Pinto. O professor Carvalho Pinto tinha sido Governador do estado. Altamente respeitado, um homem limpo, direito, correto, decente, não tinha nenhuma objeção a essa figura. Nas pesquisas iniciais, o Quércia aparecia com 2%, e ele com cerca de 80%. Parecia que ia ser uma brincadeira. Mas o processo eleitoral evoluiu de forma inesperada. A televisão foi um elemento importante. Deve ter sido uma falha da avaliação do regime naquele momento não perceber a importância da televisão.

Ela não tinha nada disso que a gente vê hoje. O Quércia ia pra televisão com alguns temas, que três ou quatro pessoas preparavam e ensinavam para ele como é que era. Ele decorava lá as coisas, ia para a televisão, refazia tantas vezes quantas fossem necessárias para sair correto. Era absolutamente rudimentar: uma câmera e ele falando. Todos os sábados fazíamos sabinas com ele, preparando-o para essas apresentações em todos os temas da administração pública.

E, à medida que aquele processo começou a andar, cada vez que ia para um debate, falar sobre saúde, sobre educação, sobre não sei o quê, surgia uma reação popular, um negócio impressionante. Você percebia, de repente, que demolia toda a base de um regime que parecia consolidado, que estava com a economia crescendo.

O resultado vocês conhecem. O Carvalho Pinto foi para baixo, o Quércia subiu e se elegeu com enorme facilidade e, com isso, nós conseguimos eleger 45 deputados na Assembléia. No Congresso Nacional não fizemos a maioria, mas, na Assembléia Legislativa de São Paulo, fizemos 45 deputados estaduais contra 22 da Arena.

Fizemos um a mais do que 2/3, dando até para derrubar veto do governador Paulo Egidio. Ele foi eleito por um processo indireto, mas nós procuramos ter uma relação com ele e a

relação foi muito boa. Paulo Egidio é uma figura que nós devemos respeitar pela forma pela qual se conduziu.

A eleição direta para governador estava programada para 78. Mas acho que foi em 74 a grande virada. É preciso estudar um pouco melhor o que aconteceu naquele ano. A minha sensibilidade é que houve, de parte da população, a percepção de que aquilo de fato era uma ditadura, um regime fechado, sem eleição para presidente, sem eleição para governador, sem eleição para prefeito nas capitais. Tinha eleição para deputado e só uma eleição majoritária, para Senador. Por aí se podia dizer "Olha, somos contra. Isso aqui não está bom." Apesar da economia estar crescendo.

É interessante isso, porque em raros momentos você vê na história que o resultado eleitoral se dissocia da economia. Não se diz "ah, é economia, seu idiota?". Naquele momento não foi. Evidentemente existia pobreza, a diferença de renda existia, o aparecimento de uma classe média muito mais forte e uma massa com muito pouco acesso a bens e serviços importantes, enfim, isso tudo existia. Mas por que uma virada desse tipo? Acho que ainda está faltando aqui uma explicação melhor.

O que podemos afirmar é que daquele momento em diante, o processo político mudou. Geisel imaginava começar um processo de transição, mas foi 1974 efetivamente que levou aqueles que pensavam na área militar a perceber que, sem uma transição, o regime ia estourar.

Tinham de fazer de maneira lenta, gradual, segura, porque, se não fizessem assim, a resistência ia ser muito grande. Mas tinham de fazer. Foi o que Geisel fez, culminando lá em 78 com a eleição do próprio Figueiredo. Depois, em 79, veio a anistia. Porém, o que mudou o processo foi 74.

Claro que houve momentos de retrocesso. O pacote de abril, por exemplo, em 77, foi editado porque se percebeu que, em 78, com eleições diretas para governador e para o Congresso, a Arena sofreria uma grande derrota e perderia o controle do Colégio Eleitoral, que elegia o presidente. Então, decidiram empurrar a eleição direta para governador de 78 para 82. É o que foi feito. Montoro já estava pronto para ser governador em 78. E seria, sem dúvida, como se elegeu senador sem nenhuma dificuldade.

Fizeram também mudanças no Congresso, mudanças institucionais (criação dos senadores biônicos e aumento da representação mínima dos ex-territórios). Depois, em 79, acabaram com o bipartidarismo, que facilitava muito a ação contra o regime. Porque era muito fácil para a população distinguir o MDB da Arena. O que era uma coisa, o que era outra. Situação e oposição.

Extinguiram a Arena e o MDB, por lei. Nós, a partir daí, criamos o PMDB. Colocamos um “P” na frente. A grande idéia foi colocar o “P” na frente do MDB. O MDB virou PMDB, a Arena virou PDS, e outros partidos começaram a se constituir. O próprio governo ajudou, naquela época, a constituição de alguns partidos políticos. No PTB, por exemplo, com a Ivete Vargas, o regime quis e conseguiu tirar a sigla de Leonel Brizola. Vários partidos começaram a surgir. Tentou-se com isso quebrar a polarização que facilitava muito o voto oposicionista, o voto anti-regime, o voto anti-ditadura.

Depois disso a história é conhecida. Vieram as eleições diretas para governador em 82, a campanha das “Diretas Já” e aí não se seguiu mais. A emenda “Dante de Oliveira” foi derrotada, mas no Colégio Eleitoral a oposição ganhou, com Tancredo. Passo por cima de muitos fatos para chegar à Constituinte de 87 e 88, que foi um momento de euforia nacional.

Hoje eu diria o seguinte: se nós, naquele momento, tivemos uma grande vitória, um grande avanço no aspecto de direitos individuais, direitos sociais, direitos coletivos com a constituição de 88, hoje essa constituição é um instrumento terrível de impedimento ao avanço e desenvolvimento deste país. E estamos vendo isso na prática. Vimos isso no governo Collor. Ali, houve uma tentativa de projeto de reformas até consistente como projeto mas, como operação, foi um desastre completo, uma mistura de mafioso com modernismo, que deu naquilo que deu.

Vimos, depois, passar o governo Itamar. Ali, a idéia era não mexer muito, não balançar muito, porque o tempo era muito pequeno, não valia a pena. E depois vimos o governo do nosso presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi um esforço imenso para realizar as reformas, um esforço brutal para aprovar emendas, num quadro político em que a composição, a governabilidade está na mão de um sistema eleitoral e político que constrói partidos políticos que não existem, que não têm força nenhuma, onde o mandato não é do

partido político, o mandato é do parlamentar.

Isso leva o Presidente, como tem levado o Lula, e levou em parte o nosso presidente Fernando Henrique, a ser obrigado a fazer composições, de vez em quando com o nariz fechado, provavelmente. Hoje a maioria governista é uma maioria incapaz de levar adiante qualquer coisa. Ela é maioria só numérica. Tem 400 deputados em 513 e não consegue aprovar coisa nenhuma. Não consegue levar nada adiante.

O governo, para ter governabilidade, precisa ter maioria. O PT é um partido que tem menos de 20% da representação. O que é que ele fez para ter maioria? Ele ampliou enormemente a gama de alianças. Ampliou tanto a ponto de tirar alguns do PSDB, alguns do PFL. Nós éramos 70 depois da eleição. Estamos com 48. Pegaram esses partidos que eram pequenos, que eram pouco representativos (PL, PTB, PP) e começaram a tirar gente daqui, gente de lá, gente de cá, e jogar tudo nessas lixeiras.

Lixeiras não passam de lixeiras. Esses partidos são lixeiras. Esses partidos são os tais "300 picaretas" de que o Lula falava. Você tem seus problemas no PT, tem seus problemas no PSDB, tem seus problemas no PFL, no PSB, no PPS... Mas aqueles são os típicos lixos.

Esses três partidos se transformaram em partidos com 160, 170 deputados. São mais de 30% do Congresso e fazem hoje o Lula de refém. Eu assisti a uma reunião de lideranças sobre a reforma política. A idéia era colocar na ordem do dia o projeto de reforma política que está tramitando na Câmara. Os três partidos que eu mencionei disseram: "Se puser isso em pauta, nós rompemos com o governo". O pessoal, o líder do PT, ficou olhando. Não tinha o que fazer. Recuou, pura e simplesmente. Porque não tinha como aprovar mais nada. Sem esses 150, o governo não aprova absolutamente coisa nenhuma. A não ser que mudasse toda a sua composição, a sua base de apoio.

O próprio PT contribuiu para esse quadro. Algumas [pessoas] que vieram lá da década de 70 ou da década de 60 não assumiram o conceito da democracia. Assumiram o conceito de atingir o poder para realizar mudanças sociais que consideram as melhores para o povo. Com o poder, usando o poder. Mas o poder democrático? Não, tem muita gente que não. Nesse quadro que nós estamos vivendo, estamos sentindo alguns graus de retrocesso, alguns elementos de retrocesso.

A questão das medidas provisórias, que nasceram na Constituinte, junto com a idéia parlamentarista, tornou-se um problema. A oposição anterior lutava desesperadamente contra as medidas provisórias. Até com razão, porque os presidentes podiam reeditar medidas provisórias só mudando o número depois da barra.

Com a aprovação da emenda constitucional que mudou o sistema das medidas provisórias, aquelas que não tinham sido votadas, viraram lei. Acabou. Estão lá. Não é mais medida provisória, é lei. Nunca foi votada. É como se fosse o próprio decreto-lei do tempo da ditadura. Estão lá. Acabou. E não vão ser votadas nunca mais. No decreto-lei, pelo menos, se dizia o seguinte: "aprovado por decurso de prazo". As medidas provisórias que não haviam sido votadas quando foi aprovada a emenda constitucional teoricamente não estão aprovadas, mas nunca mais vão entrar na ordem do dia. Não existe mais essa hipótese.

E as novas medidas provisórias? Hoje há 16 medidas provisórias trancando a ordem do dia e mais de 20 medidas provisórias em andamento. Há medidas provisórias que, quando você vai votar, não tem mais o que fazer. Ela já aconteceu. Por exemplo, um crédito extraordinário para não sei o quê. Esse crédito, por medida provisória, já passou a vigorar desde o momento de sua emissão. O dinheiro já foi distribuído, já foi gasto, não tem mais o que fazer. Não tem nenhuma hipótese de se discutir aquela medida provisória.

Até o final do ano, quase só vamos votar medidas provisórias. Quase. Não vai acontecer mais nada, a não ser medidas provisórias. Quando o governo, de repente, que aprovar a PPP, aí entra numa paranóia maluca. Porque não consegue mais avançar, porque é tudo trancado. A ordem do dia totalmente trancada.

Que emendas constitucionais o governo Lula aprovou? A emenda da previdência, por exemplo, é um passinho adiante do que estava na Constituição, e um passo inferior àquilo que nós tentamos fazer. Na questão tributária, zero. Nada. O que se aprovou foi a prorrogação da CPMF, a DRU. Conseguimos aprovar o "super simples" (tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas). Agora, ele depende de lei regulamentadora e não há como ela tramitar porque todas as medidas provisórias trancam pauta.

A reforma política é difícil, mas é a mais importante de todas, é a mãe das outras, sem

dúvida. Em 88, numa conversa com o Ulisses Guimarães, eu disse: “Presidente, vamos fazer uma reforma política?” Naquela época, eu defendia o voto distrital misto, no estilo alemão. “Vamos fazer uma reforma política, para começar a vigorar daqui a dez anos”, disse. Ele, com aquele jeitão, respondeu: “Goldman, fazer uma lei para vigorar daqui a dez anos? Isso não existe”. E eu devolvi: “Presidente, acho bom fazer para valer para daqui a dez anos porque, se não for assim, não sai reforma nenhuma e daqui a dez anos eu vou estar discutindo com o Sr. a mesma coisa que eu estou discutindo hoje”. Pois não são dez, são 16 anos. Eu só não estou discutindo com ele porque ele morreu. São 16 anos e a discussão é exatamente a mesma. Então, temos que cortar esse nó, esse nó é fundamental.

É difícil porque quem vai sofrer os efeitos da reforma é aquele que vai fazer a reforma. Você tem que fazer de uma forma que permita que os danos sejam os menores possíveis. Mas, de fato, sem uma reforma política, os partidos políticos vão continuar essa mixórdia.

Nós podemos contar com o PT para isso. Está difícil agora, nesse momento, porque a questão da governabilidade do dia-a-dia, de ter que aprovar, de ter que ter maioria, que esta dificultando.

Mas em algum momento vamos ter que encontrar uma solução de negociação para conseguir aprovar uma reforma. Acredito que nós chegamos ao limite nesse processo, de partidos, de congresso, de instituições, que vem de muito antes do período da Constituição de 88. Esse período está esgotado.

O nosso vice-presidente Marco Maciel citou a história do cidadão que veio perguntar se dá para investir no Brasil. Se um cidadão me pergunta isso, eu digo: “não dá”. Nós não temos estabilidade de regras, nós não temos estabilidade jurídica, o juiz faz o que quer.

Aliás, diga-se de passagem, o Supremo Tribunal Federal agora legislou de uma forma absolutamente vergonhosa, que me desculpe a expressão o meu amigo Nelson Jobim. Legislou sobre a constitucionalidade da emenda que dispõe sobre a taxa de inativos. Eu entendo que o STF decida se é constitucional ou não cobrar de aposentados. Esse é o papel dele, julgar a constitucionalidade. Mas não legislar.

Dizer que pode cobrar, mas só acima de R\$ 2.500,00, aí não tem cabimento. Então, num

quadro desses, é realmente difícil você conseguir fazer com que, de fato, o país saia de 18% do PIB de investimentos, para 25 %, que é o que nós precisamos. Sem isso, não tem conversa.

Nós estamos passando por um momento bom na conjuntura econômica. Mas enquanto não tivermos um investimento razoável, não vamos chegar a absolutamente lugar nenhum.

Obrigado.